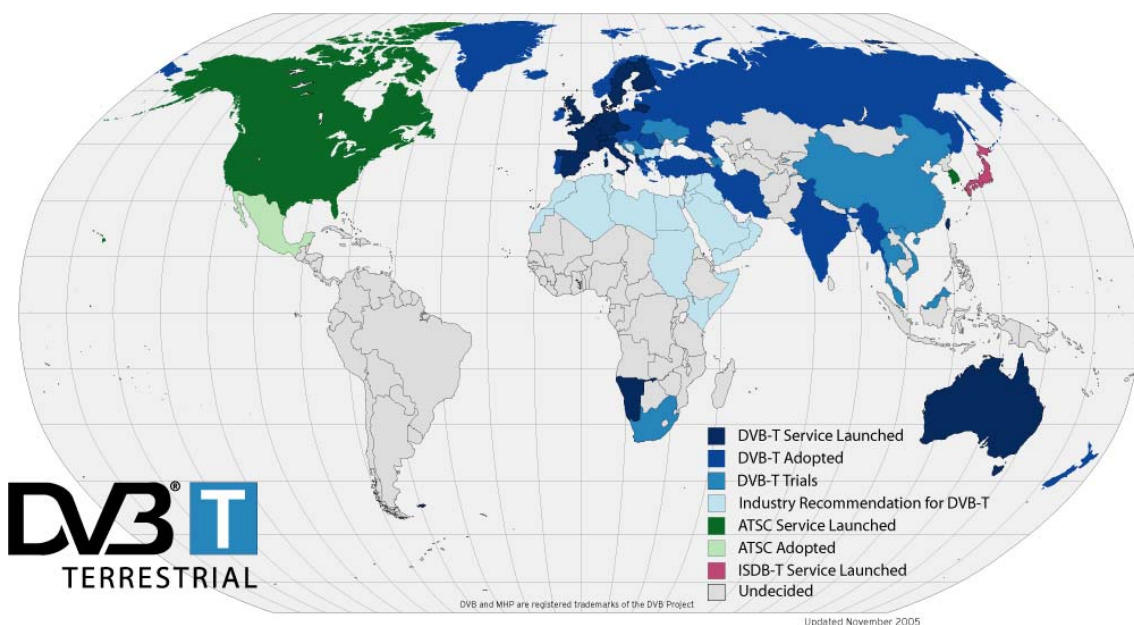


Número 1 – Fevereiro de 2006

TV Digital

Mais do que uma questão técnica, a definição do padrão de televisão digital a ser adotado pelo Brasil envolve uma importante discussão sobre a inserção externa dos setores de tecnologia do país. Como ilustra o mapa abaixo, reproduzido com autorização do Escritório do Padrão Europeu (DVB Project Office), com exceção do México, nenhum país da América Latina decidiu qual padrão deverá ser adotado. Tendo-se em conta que a área de projeção das empresas de hardware e de conteúdo são os países vizinhos, caso prevaleça um único sistema, novas oportunidades de negócios surgirão para as cadeias de hardware e de conteúdos do Brasil.



Fonte: www.dvb.org

O mapa indica também que caberá à América Latina decidir se os padrões americano (ATSC) e japonês (ISDB) se projetarão além de suas fronteiras e/ou áreas de influência, ou se o padrão europeu (DVB) terá o predomínio absoluto. Tendo-se em conta a importância do Brasil nesse processo, entre as vantagens oferecidas por cada um dos padrões, deverão ser analisados também incentivos para o Brasil se tornar plataforma de exportação de equipamentos e serviços voltados para a televisão digital.

VoIP

Os serviços de transmissão de voz pela Internet crescem a uma média de 70% ao ano, devendo suprimir completamente os canais tradicionais de telefonia de longa distância e internacional. Esse crescimento vem despertando fortes pressões por parte das empresas de telefonia nos Estados Unidos para que o mesmo tratamento tributário e regulatório sejam aplicados às empresas de tecnologia da informação que oferecem o serviço de VoIP. Até o momento, o FCC (Comissão Federal de Comunicações), órgão regulatório dos Estados Unidos continua classificando os serviços de VoIP como serviços de

tecnologia da informação, fora portanto do seu escopo de atuação. Posições análogas vêm sido adotadas pela Comissão Européia, pela Anatel no Brasil e por órgãos reguladores de outros países. Na medida em que os serviços de transmissão de voz por Internet se sofisticam, no entanto, é de esperar que regras semelhantes aos tradicionais serviços de telecomunicações passem a valer também para a telefonia via VoIP. O FCC inclusive já deixou claro que caberá a ele decidir se e como a telefonia via VoIP será regulada nos Estados Unidos. Todo esse movimento tem implicações importantes para as regras internacionais acordadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio e de outros fóruns comerciais. A fim de identificar a posição do Brasil nesse contexto, está sendo desenvolvido um estudo pela Prospectiva Consultoria que poderá indicar alguns caminhos de políticas públicas a serem seguidas de forma a promover uma melhor inserção externa de toda a cadeia de telefonia e de tecnologia da informação do país.

Internet

Em novembro de 2005, a ONU promoveu a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação na Tunísia, onde o principal assunto em pauta foi à gestão dos domínios e dos endereços da Internet, hoje sob controle da entidade sem fins lucrativos Icanm ligada ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. O debate polarizou os Estados Unidos e alguns países com quem tem acordos comerciais de um lado e os países em desenvolvimento, incluindo Brasil, China e Índia do outro. A demanda dos países em desenvolvimento era justamente transferir a gestão dos domínios e endereços da Internet para um órgão supranacional, possivelmente a União Internacional de Telecomunicações. O posicionamento da União Européia foi decisivo para um acordo que prevê a manutenção da Icanm como controladora dos domínios e endereços, ao mesmo tempo em que um Fórum de Governança na Internet foi lançado. No âmbito do Fórum serão discutidas propostas para o controle internacional e outros assuntos pertinentes à Internet. Dada a politização dos órgãos internacionais, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento, a grande maioria das empresas (americanas e não-americanas) que se posicionaram sobre o assunto disse ser contrária ao controle internacional da Internet. A primeira reunião do Fórum de Governança na Internet está prevista para os dias 24-26 de outubro de 2006.

OMC

As negociações da Rodada Doha da OMC foram retomadas na primeira semana de fevereiro durante o encontro do World Economic Forum em Davos na Suíça. Tendo-se em conta os resultados da Reunião Ministerial que teve lugar em Hong Kong em dezembro de 2005, ainda há várias questões a serem resolvidas até a data prevista para a conclusão da Rodada Doha, no final deste ano. A fim de acelerar o processo de negociações, o presidente Lula propôs um encontro de cúpula para discutir questões pertinentes à OMC. O recado enviado pelos norte-americanos e europeus durante a reunião de Davos é que a cúpula só acontecerá se houver comprometimento do Brasil e de outros países em desenvolvimento em melhorarem suas ofertas de serviços e de bens industriais. O IBCD encaminhou ao governo proposta de posicionamento para o país no setor de serviços de tecnologia e procedimentos de negócios atendendo aos interesses das empresas associadas, responsáveis por grande parte das exportações brasileiras desses serviços. A proposta do IBCD tem como objetivo alinhar os compromissos dos parceiros comerciais do Brasil na OMC com os objetivos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo e deverá também facilitar o processo

de negociações como um todo, ao indicar possibilidades de melhoria nos compromissos do Brasil para serviços de TI e BPO. O calendário da OMC prevê que hajam 11 encontros do Conselho de Serviços e três Semanas de Serviços em Genebra ao longo do ano. A declaração ministerial de Hong Kong estabelece que as ofertas melhoradas devem ser encaminhadas ao mais breve possível e que até o dia 28 de fevereiro sejam apresentados os pedidos de melhora das ofertas. Uma segunda rodada de ofertas revisadas deve ser submetida até o dia 31 de julho e os primeiros esboços dos compromissos devem ser submetidos até 31 de outubro.

Produzido por:

PROSPECTIVA
Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais

PROSPECTIVA